

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

EDNEIA APARECIDA BATISTA

**ESTUDANTES INDÍGENAS NA GRADUAÇÃO: acesso e permanência
na Universidade Federal de São João del-Rei**

BambuÍ - MG
2024

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

EDNEIA APARECIDA BATISTA

**ESTUDANTES INDÍGENAS NA GRADUAÇÃO: acesso e permanência
na Universidade Federal de São João del-Rei**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Bambuí, como exigência parcial para obtenção do certificado de Especialista em Educação para Relações Étnico-raciais.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Ventura de Souza Fernandes

Catálogo na Fonte Biblioteca IFMG - Campus Bambuí

B333e Batista, Edneia Aparecida.
Estudantes indígenas na graduação: acesso e permanência na
Universidade Federal de São João del-Rei. / Edneia Aparecida Batista. –
2024.
37 f.
Orientadora: Profa. Dra. Juliana Ventura de Souza Fernandes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação) - Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Bambuí,
MG, Curso Pós-Graduação Lato Sensu em Educação para as Relações
Étnico-Raciais, 2024.

1. Acesso e permanência na universidade. 2. Estudantes indígenas. 3.
Relações Étnico-Raciais. I. Fernandes, Juliana Ventura de Souza. II.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais –
Campus Bambuí, MG. III. Título.

CDD 378.198072

Elaborada por Douglas Bernardes de Castro- CRB-6/2802

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

EDNEIA APARECIDA BATISTA

**ESTUDANTES INDÍGENAS NA GRADUAÇÃO: acesso e permanência
na Universidade Federal de São João del-Rei**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Bambuí, como exigência parcial para obtenção do certificado de Especialista em Educação para Relações Étnico-raciais.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Ventura de Souza Fernandes

Aprovado em: ___ / ___ / _____ pela banca examinadora:

Profa. Orientadora: Dra. Juliana Ventura de Souza Fernandes

Prof. Dr. Johnisson Xavier Silva

Profa. Mestra Samira dos Santos Ramos

Dedico esta pesquisa aos meus amados pais, Edir e Geralda, que são a representação do amor mais puro e incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu guia! Toda honra e toda glória!

A minha orientadora Profa. Dra. Juliana Ventura de Souza Fernandes, modelo de competência e profissionalismo. Obrigada por ter em si a essência do afeto, da sensibilidade e da humanidade. Agradeço a Deus pela possibilidade deste encontro. Uma orientadora no sentido mais amplo da palavra. Fico sem palavras para transcrever tamanha gratidão.

À Profa. Mestra Samira dos Santos Ramos, bem como ao Prof. Dr. Johnisson Xavier Silva, membros da banca examinadora, por terem aceitado tão prontamente o convite e contribuído ricamente durante todo o curso.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Educação para as Relações Étnico Raciais, que deram uma contribuição significativa na construção e desenvolvimento deste trabalho e a todos os professores que já participaram e ainda participam da minha jornada acadêmica. Obrigada por contribuírem para o meu processo formativo.

À Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e ao Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), *campus* Bambuí, por todo suporte e apoio durante esse período de formação.

Aos meus pais, pelo amor incondicional e apoio em todas as horas.

Aos meus familiares e amigos, por sempre estarem presentes e me apoiarem. Obrigada pela torcida.

Aos meus/minhas queridos(as) colegas, companheiros(as) de jornada, pelo acolhimento e porque nenhuma trajetória é realmente válida se, em algum momento, não fizermos amizades. Serão sempre as minhas mais afetuosas lembranças da pós-graduação. Continuem na minha vida!

Agradeço também aos participantes desse estudo, especialmente aos(às) queridos(as) jovens indígenas que participaram da pesquisa e que me cederam informações valiosas. Sem vocês essa pesquisa não existiria. Vocês são parte desta história.

Por fim, a todas e todos que de alguma forma fizeram parte desta pesquisa a minha gratidão.

“O significado das coisas não são as coisas em si, mas sim a nossa atitude em relação a elas”. (Exupéry)

“O saber é mais do que querer criar ou saber dizer, é saber fazer, baseado em conhecimentos acumulados no decorrer da vida” (LUCIANO, 2006, p. 171).

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as Políticas de Acesso e Permanência para estudantes indígenas na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Como instrumentos de coleta e geração de dados foram utilizados a pesquisa bibliográfica, a análise documental e um questionário, com o objetivo de levantamento de informações institucionais, socioeconômicas e culturais, além de informações referentes às políticas de acesso e permanência na universidade e como elas são vivenciadas e problematizadas pelos estudantes indígenas. Almejou-se a sistematização dos dados levantados e problemáticas e dificuldades analisadas e discutidas, além de sugestões de propostas para melhoria das políticas atuais da universidade no que se refere ao acesso e permanência dos estudantes indígenas. Os dados apresentados e discussões realizadas evidenciam que a presença indígena no ensino superior na UFSJ oferece possibilidades de reflexões sobre as práticas pedagógicas da Universidade e seu papel social. O estudo aponta que o acesso e permanência dos estudantes indígenas é um enorme desafio para a UFSJ e que a reflexão e o debate, aliado a uma postura de maior sensibilidade que respeite os aspectos culturais, históricos, assim como os conhecimentos dos povos indígenas podem se revelar como um passo inicial para a efetivação de processos de interculturalidade no ambiente universitário.

Palavras-chave: Acesso e Permanência na Universidade. Estudantes indígenas. Relações Étnico-Raciais. Ações Afirmativas. Ensino superior.

ABSTRACT

This article aims to analyze the Access and Permanence Policies for indigenous students at the Federal University of São João del-Rei (UFSJ). Bibliographical research, document analysis and a questionnaire were used as data collection and generation instruments, with the aim of collecting institutional, socioeconomic and cultural information, as well as information regarding access and permanence policies at the university and how they are experienced and problematized by indigenous students. The aim was to systematize the data collected and problems and difficulties analyzed and discussed, in addition to suggestions for proposals to improve the university's current policies regarding access and permanence of indigenous students. The data presented and discussions held show that the indigenous presence in higher education at UFSJ offers possibilities for reflections on the University's pedagogical practices and its social role. The study points out that the access and permanence of indigenous students is a huge challenge for UFSJ and that reflection and debate, combined with a more sensitive stance that respects cultural and historical aspects, as well as the knowledge of indigenous peoples can be reveal as an initial step towards the implementation of intercultural processes in the university environment.

Keywords: Access and Permanence at University. Indigenous students. Ethnic-Racial Relations. Affirmative Actions. University education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O ACESSO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE	12
3	A UFSJ E SUA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	17
4	CAMINHOS PERCORRIDOS	19
5	OS ESTUDANTES INDÍGENAS E A POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UFSJ	21
6	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A presença de estudantes indígenas na Universidade passou a ser verificada de maneira mais expressiva nos últimos anos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entrecruzados com o relatório da pesquisa mais recente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), demonstram que entre 2003 a 2018, “o crescimento de pretos, pardos e indígenas entre estudantes das IFES foi superior ao seu crescimento na população brasileira” (Andifes, 2019, p. 36). Para o período de 2014 a 2018, último recorte temporal da pesquisa, o número absoluto de matrícula de estudantes indígenas em instituições federais de Ensino Superior (IFES) duplicou: “dobrou o número de indígenas aldeados. Eram 2.329, em 2014, chegando a 4.672 em 2018” (Andifes, 2019, p. 58). No que concerne aos números de indígenas aldeados e não aldeados, a supracitada pesquisa mostra que em 2018 esses chegaram ao quantitativo de 10.736 matrículas (Andifes, 2019, p. 36).

Isto tem se dado graças à institucionalização do acesso destes estudantes ao Ensino Superior mediante políticas e ações afirmativas, que se fizeram presentes devido a um longo processo de lutas e disputas políticas, potencializadas pela organização de movimentos indígenas e indigenistas no Brasil. Desta forma, embora ainda não de forma a universalizar o acesso e oferecer condições satisfatórias de permanência, o direito à educação e à preservação dos patrimônios culturais dos povos originários foram colocados em pauta no debate envolvendo a ampliação do acesso ao Ensino Superior para a população indígena.

Este estudo promoveu uma breve problematização acerca das políticas de acesso e permanência para estudantes indígenas na Universidade Federal de São João Del’Rei (UFSJ), analisando quais e como essas políticas têm sido implementadas na universidade. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa e descritiva em busca de dados sobre acesso, ingresso e permanência dos estudantes indígenas na UFSJ, buscando-se compreender como os estudantes vivenciam tais políticas, entender como elas se dão no contexto universitário e quais impactos provocam na vida dos estudantes indígenas. Visamos também analisar e discutir quais as tensões entre as práticas institucionais e os interesses acadêmicos dos indígenas no que se refere às políticas oferecidas pela universidade.

De maneira geral, como psicóloga atuante no Ensino Superior, percebo que a experiência universitária implica uma série de transformações na vida do estudante que precisa se adaptar a um novo contexto que exige maiores habilidades e atitudes em comparação à

situação do Ensino Médio. Aliado a isto, modificam-se as redes de relacionamentos e há a necessidade de se estabelecerem novos vínculos sociais. Desta forma, adaptar-se à universidade implica integrar-se socialmente com as pessoas neste novo contexto, sendo participativo nas atividades sociais e buscando desenvolver relações interpessoais satisfatórias (Diniz; Almeida, 2006; Pascarella; Terenzini, 2005).

Este estudo partiu da concepção de que é necessário problematizar o cenário de implementação das políticas de acesso e permanência junto aos estudantes indígenas, uma vez que, sendo uma política recente, necessita de análises mais amplas para possível reorientação de seus objetivos, sobretudo compreendendo-se as motivações da busca da formação acadêmica dos estudantes indígenas e possíveis repercussões no desenvolvimento de seu povo. Enfim, este trabalho teve como objetivo contribuir para dar visibilidade à presença de estudantes indígenas na universidade e, conseqüentemente, possibilitar melhorias na qualidade das políticas de acesso, permanência, democratização e inclusão no ensino superior, especificamente na UFSJ.

Essa temática traz à tona a relevância das discussões aqui apresentadas, porque o acesso, o ingresso e a permanência de estudantes indígenas nas Universidades e na UFSJ são eventos recentes que necessitam serem assumidos e visibilizados, identificando-se os gargalos que os atravessam, com vistas a se traçar ações de melhorias das políticas de inclusão e permanência, com qualidade, para jovens indígenas na universidade.

2 O ACESSO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE

A criação de políticas de ações afirmativas visando atender a reestruturação do acesso às universidades públicas no país obteve estatuto legal em 2012, por meio da Lei nº 1.711/2012. Assim, naquele momento, foi instituída a destinação de vagas nas universidades federais para estudantes provenientes do ensino público, incluídos os estudantes de baixa renda, bem como os que se autodeclaram afrodescendentes e indígenas (BRASIL, 2012). Vale a pena ressaltar que a relação dos povos indígenas com o ensino formal se deu com a chegada dos jesuítas no Brasil, os quais se propunham a ensinar um ofício para estes habitantes. Assim, iniciava-se no país um histórico de políticas integracionistas voltadas a estas populações, que incluíam projetos educacionais que não respeitavam seus modos próprios de ser e viver (David, Melo; Malheiro, 2013)¹.

¹ Gersen Baniwa (2019) nos chama a atenção para o fato de que até meados de 1980, os povos indígenas do Brasil tinham fortes resistências à aproximação do mundo acadêmico, assim como de todo processo de formação escolar.

Luciano (2019), indígena Baniwa, explica que se por um lado ainda atualmente a universidade é vista pelos povos originários como um espaço de produção e reprodução do saber e do poder dominante. Por outro lado, Gersen Baniwa elucida que hoje “os povos indígenas conseguem compreender que necessitam desse saber e poder para diminuírem as desvantagens nas correlações de forças das lutas que travam por seus direitos no âmbito das políticas públicas” (*apud* Luciano, 2019, p. 32). Essa percepção é corroborada por Valverde e Stocco (2009), que destacam que, ainda hoje, apesar dos avanços, a universidade continua sendo um espaço social majoritariamente e historicamente ocupado por estudantes brancos, de classe média e média-alta, a despeito das maiores possibilidades de acesso de outros grupos sociais.

Frente a isso, necessário se faz refletir e buscar soluções para os dilemas e desafios que a busca pela formação universitária traz aos povos originários, uma vez que “o domínio do saber e do poder não indígena, quando dissonante das perspectivas societárias das coletividades indígenas, gera tensões, incertezas e angústias para os universitários e comunidades indígenas” (Luciano, 2019, p. 33).

Uma proposta que visa atenuar os desafios enfrentados pelos povos originários no seu processo de formação é a educação escolar indígena intercultural, bilíngue e diferenciada que visa um contraponto ao projeto colonizador da escola tradicional imposto aos estudantes indígenas. Como destaca Grupioni (2001), os povos originários têm o direito de se beneficiar de uma educação específica e diferenciada, que seja pautada nas suas línguas, na valorização dos seus conhecimentos e saberes milenares e que valorize a formação dos próprios indígenas, possibilitando-lhes atuar como docentes em suas comunidades. Isso proporciona uma transformação que gera novas práticas a partir do desenho de uma nova função social para a escola em territórios indígenas.

Embora tenha havido algum crescimento, na Universidade Federal de São João Del’Rei (UFSJ) ainda é incipiente o ingresso de estudantes indígenas, haja vista que a Universidade possuía na época deste estudo apenas 28 (vinte e oito) alunos entre egressos e matriculados nos seus 6 (seis) campi. Destes, 5 (cinco) estudantes eram do curso de medicina e 07 (sete) dos

Isto por entenderem que a proximidade e envolvimento poderiam acelerar ainda mais o processo de integração emancipatória, como o observado nos aldeamentos escolares do início daquele século, conduzidos por missionários sob a orientação integracionista compulsória do governo colonial e imperial. Aliado a isso imperava no imaginário dos povos indígenas a associação das autoridades coloniais sanguíneas aos espaços acadêmicos, espaços esses em que estudariam, articulariam e organizariam suas estratégias de dominação cultural, militar e econômica (Luciano, 2019, p. 32).

cursos de engenharia. As informações evidenciam a necessidade de se fomentar diálogos e reflexões a respeito da representatividade dos povos originários no ambiente acadêmico.

No entanto, Cruz (2019), indígena Tuxá, ressalta que, associado ao aumento do ingresso dos povos indígenas na universidade, a discussão sobre o racismo tem avançado. Esse autor nos chama a atenção para o fato de que as vivências cotidianas de estudantes indígenas na universidade não se distanciam daquelas presentes nos diversos espaços da sociedade. Assim, o aumento da presença destes alunos nos cursos regulares trouxe à tona o aumento de relatos e denúncias de situações de discriminações, racismo, violências física e simbólica vivenciadas por estudantes indígenas no ambiente acadêmico. De acordo com o autor, isto evidencia a imagem distorcida dos povos indígenas que a sociedade preserva em seu imaginário.

Além disso, Cruz busca refletir como as facetas contemporâneas do racismo estão tomando formas específicas com o ingresso mais expressivo de estudantes indígenas no ensino superior:

Não apenas pelo fato de as universidades serem historicamente um lugar frequentado por classes privilegiadas, mas também pelo acesso ao conhecimento significar poder, algo não tão facilmente compartilhado com aqueles que foram sistematicamente excluídos do projeto de nação brasileira. (Cruz, 2019, p. 154).

Indo mais além, Cruz (2019) nos convida a pensar que a dimensão dos povos indígenas como povos racializados tem sido invisibilizada não somente nas produções acadêmicas, mas inclusive nas políticas indigenistas e no próprio imaginário nacional. O autor nos esclarece ainda que o racismo contra os indígenas opera por meio de “mecanismos muito refinados que pretendem sempre invisibilizar e aniquilar a existência indígena”. Isto por meio do estabelecimento de uma raça que presumidamente poderia se “desfazer de diversas maneiras como através da miscigenação, catequização e de processos civilizatórios” (Cruz, 2019, p. 159).

Como relatado no guia “Cineastas indígenas, um outro olhar” de Araújo (2010), no vídeo “Povos indígenas: conhecer para valorizar!” e no artigo “A imagem do índio no cinema brasileiro” de Cunha (2000), a visão que o povo brasileiro possui dos “índios” é a visão que a escola e a mídia passam. Ideias equivocadas que transmitem que toda pessoa indígena é “igual”, que visualizam o indígena em uma categoria genérica, deixando de lado suas especificidades e diversidade cultural, ignorando que os povos indígenas podem ter diversas formas de “ser” e se “posicionar” no mundo.

Cunha (2000) nos esclarece a respeito da imagem do “índio” que a sociedade brasileira possui:

Quando se utiliza a palavra “índio”, em nossa sociedade, existe a referência a uma entidade genérica que grande parte das vezes pouco tem a ver com as sociedades indígenas reais, pois, sob esse termo comum, temos uma diversidade cultural, linguística e social enormes, que acabam por ficar encobertas aos olhos dos não especialistas, nas grandes cidades e centros urbanos (Cunha, 2000, p. 2).

Sendo assim, quando o povo brasileiro se depara com estudantes indígenas no meio acadêmico revela ideias preconceituosas como: eles não são “índios” porque não vivem na aldeia, porque não andam nus, porque ingressaram na universidade e cursam medicina ou engenharia, porque usam computadores, redes sociais, etc. Há uma negação do fato de os povos originários possuírem culturas que se transformam e terem o direito de adquirir novos hábitos. Um deles pode ser exemplificado com a busca de formação com o objetivo de aperfeiçoamento, enriquecimento e complementação dos conhecimentos e saberes profissionais. Dessa forma, de acordo com Luciano (2009, p. 33) a formação universitária teria como objetivos a instrumentalização dos povos indígenas com os conhecimentos técnicos e científicos que lhes possibilitem “dialogar e negociar a respeito de seus direitos, lutar pela melhoria das condições de vida nas comunidades e gerir de forma adequada e qualificada seus territórios e recursos naturais”.

Portanto, ao contrário do que muita gente pensa, os “índios” não estão acabando, suas populações crescem, buscam sair da invisibilidade, suas culturas se transformam e, têm relevante contribuição a dar para o futuro deste país (Araújo, 2010, p. 16). Portanto, a visibilidade que alguns indígenas proporcionam aos seus povos, como a ativista e indígena Sônia Guajajara, quando é escolhida para ocupar o Ministério dos povos indígenas, assim como quando estudantes indígenas ingressam nos cursos de medicina e engenharia, fazem com que outros indígenas acreditem que é possível mostrar, assumir sua identidade e lutar para o alcance de seus direitos com relação ao acesso nas universidades, por exemplo. Além disso, faz com que busquem ocupar espaços antes inimagináveis, como a ocupação de cargos de liderança, profissões como a medicina, o direito e a engenharia, antes exclusividade do homem branco, desmistificando a “imagem dos índios sem história, construída no século XIX, que permaneceu durante décadas, adentrando no século XX” (Pompa, 2014, p. 66). As preferências por esses cursos revelam uma influência do contexto histórico que os povos indígenas vivenciaram/vivenciam no país, que envolve um movimento de resistência para lhes assegurar direitos. A escolha do curso de Direito, por exemplo, ilustra bem a questão da luta pelos

direitos. Já a escolha do curso de medicina remete à questão da garantia do acesso à saúde, o que é bem interessante. Os povos originários buscam complementar seus saberes, a rica tradição que eles têm.

No entanto, aliado a isso, os escassos dados sobre as possibilidades oferecidas aos estudantes indígenas para a permanência nas universidades e, especificamente na UFSJ, se mostram desafios para as instituições e têm apontado que a ênfase dos programas de ações afirmativas para indígenas, em um primeiro momento, tem focado no ingresso do acadêmico, tornando-se secundária a preocupação com a questão da permanência do estudante. Vários pesquisadores apresentam argumentos e justificativas a respeito da maior preocupação com essa fase inicial do ingresso, que, de acordo com estudos, é o período com os maiores índices de desistência (Bergamaschi *et al*, 2018; Pereira, 2011; Paulino, 2008; Novak, 2007). Portanto, evidenciam a necessidade de apoio, concomitante ao início do percurso e continuidade dos estudos: “se o acesso se dá de forma diferenciada, as condições de permanência têm que ser adequadas para os que ingressarem” (Paulino, 2008, p. 148).

Outro fator destacado pelos autores são as singularidades desses estudantes, que “revelam um perfil muito próprio, diferente dos acadêmicos que as universidades públicas estão acostumadas a receber” (Novak, 2007, p. 132). De acordo com esses autores, são estudantes muitas vezes com idades acima da média apresentada pela maioria dos estudantes e, ainda, com condições econômicas, históricas e culturais diferenciadas. Além disso, possuem também especificidades regionais e modos coletivos de organização (Pereira, 2011). Diante disso, torna-se necessário que as universidades, ao receberem os estudantes indígenas, busquem ampliar suas ações de permanência, além de qualificarem as já existentes, conformando “políticas públicas de ensino superior voltadas efetivamente a esses sujeitos e sensíveis aos pertencimentos por eles construídos” (Amaral, 2010, p. 10).

Representando uma política de assistência estudantil mais sólida com foco nos estudantes ingressantes nas universidades por meio de ações afirmativas, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu, em 2013, o Programa de Bolsas Permanência, para propiciar a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, dentre os quais, os indígenas. Desta forma, os estudantes indígenas passaram a ter direito a uma bolsa diferenciada, recebendo o dobro do valor da bolsa dos demais estudantes, o que se justifica em “decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal” (Brasil, 2013, p. 12).

Na UFSJ, esta é a única política de permanência em assistência estudantil específica disponível para estudantes indígenas da graduação que se encontram matriculados na instituição.

3 A UFSJ E SUA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A UFSJ é uma instituição de ensino superior pública federal, sediada na cidade de São João del-Rei. Atualmente possui 11375 (onze mil, trezentos e setenta e cinco) estudantes, sendo sua distribuição, de acordo com a autodeclaração racial, a seguinte:

Branca: 6.122 (seis mil, duzentos e vinte e dois) estudantes;

Parda: 3.516 (três mil, quinhentos e dezesseis) estudantes;

Preta: 1209 (mil duzentos e nove) estudantes;

Indígenas: 13 (treze) estudantes

Amarela (asiáticos): 08 (oito) estudantes;

Não informados: 507 (quinhentos e sete) estudantes não autodeclarados.²

A universidade conta com seis *campi*, todos localizados no estado de Minas Gerais, sendo eles:

Campus Alto Paraopeba (CAP) - Ouro Branco

Campus Centro-Oeste "Dona Lindu" (CCO) - Divinópolis

Campus Dom Bosco (CDB) - São João del-Rei

Campus Santo Antônio (CSA) - São João del-Rei

Campus Sete Lagoas (CSL) - Sete Lagoas

Campus Tancredo de Almeida Neves (CTan) - São João del-Rei

A UFSJ optou por reservar por meio de cotas (ações afirmativas) vagas para indígenas. No entanto, até o momento, não há na instituição um processo seletivo diferenciado para ingressantes indígenas, como por exemplo, por vagas suplementares, como ocorre em outras instituições. Também não há uma política de permanência específica para os estudantes indígenas, além da implantação do Programa de Bolsas Permanência, instituído pelo MEC

² Dados autorizados e acessados por meio da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFSJ.

(Brasil, 2013).

A seguir apresentamos uma breve contextualização das políticas afirmativas e de assistência estudantil para os estudantes da UFSJ, nestes incluídos os estudantes indígenas, uma vez que não há na instituição uma política específica para estes alunos.

O Art. 8º da Política de Assistência Estudantil da UFSJ esclarece que esta é composta por serviços, programas e projetos de caráter socioeconômico e universal. Os programas de assistência de caráter socioeconômico envolvem:

- a) Auxílio alimentação
- b) Auxílio moradia;
- c) Auxílio transporte;
- d) Auxílio permanência;
- e) Auxílio emergencial;
- f) Auxílio creche; e
- g) Moradia Estudantil.

Já os programas de assistência de caráter universal envolvem:

- a) Alimentação através dos Restaurantes Universitários (RU);
- b) Atenção à saúde e qualidade de vida do corpo discente;
- c) Incentivo à participação esportiva;
- d) Apoio a discentes com necessidades educacionais específicas relacionadas a alguma diferença funcional (deficiência);
- e) Auxílio financeiro para participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais;
- f) Ações pedagógicas, psicossociais e culturais;
- g) Tecnologias Assistivas.

Vale esclarecer que os programas, projetos e serviços de caráter socioeconômico são concedidos aos discentes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de outros requisitos fixados por critérios socioeconômicos estabelecidos pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE). Já as ações de caráter universal não necessitam de avaliação socioeconômica para acesso. O pagamento dos auxílios é efetuado por meio de depósito mensal, conforme vigência do auxílio, em conta pessoal do(a) discente e inclui os períodos de férias e recessos acadêmicos.

CAMINHOS PERCORRIDOS

O estudo foi autorizado pela UFSJ, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), que deu anuência para a realização da pesquisa, além de acesso a dados de identificação e contatos dos estudantes indígenas.

Para coleta, geração de dados e caracterização dos participantes do estudo com relação ao perfil socioeconômico e cultural foi utilizado um questionário, que também investigou percepções a respeito do ingresso, presença e permanência na Universidade, além de informações referentes ao curso de graduação do discente, suas relações com a escolha do curso e a universidade, relações com os colegas, servidores técnico-administrativos e docentes. Foi realizada também revisão bibliográfica referente à temática do acesso e permanência de estudantes indígenas nas Universidades, além de análise de documentos de livre acesso existentes no site da UFSJ, como editais de ingresso, de acesso a políticas de permanência, etc.).

Participaram desse estudo 11 estudantes (04 matriculados ativos e 07 egressos), com idade entre 22 e 40 anos, sendo 08 (72,7%) declarados do gênero masculino e 03 (27,3%) do gênero feminino. Dentre os participantes do estudo, 03 são estudantes do campus Alto Paraopeba (CAP), 04 do campus Dom Bosco, 01 estudante do campus Santo Antônio (CSA) e 03 estudantes do campus Tancredo Neves (CTan). Não houve estudantes participantes dos campi Centro Oeste (CCO) - “Dona Lindu” - e Sete Lagoas (CSL). Com relação ao curso dos participantes do estudo, 02 estudantes são do curso de Artes Aplicadas com ênfase em cerâmica, 02 estudantes do curso de Engenharia Mecatrônica e 01 estudante de cada um dos seguintes cursos: Ciências Econômicas, Medicina, Jornalismo, Letras, Engenharia de Bioprocessos, Psicologia e Engenharia de Produção.

Por se tratar de um trabalho que envolve seres humanos, o estudo foi submetido aos Comitês de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e aprovado sob Certificados de Apresentações de Apreciações Éticas (CAAE) números 73125023.3.0000.0293 e 73125023.3.3001.5151 e pareceres números 6.568.654 e 6.585.108, respectivamente.

Para a participação no estudo, foi realizado o convite aos estudantes indígenas matriculados ou egressos da universidade pelo contato por e-mail e/ou via telefone e WhatsApp. Foram garantidos a esses estudantes a participação voluntária, o direito de recusa, a interrupção da participação em qualquer momento do estudo, sigilo e confidencialidade com relação a sua identidade em publicações que o estudo possa resultar, além de acolhimento

psicológico em caso de desconforto em decorrência das indagações do questionário aplicado.

A análise dos dados deste estudo foi realizada de acordo com o método de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Por meio do método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (2016), foi realizada a leitura flutuante das respostas dos estudantes ao questionário. O objetivo foi criar categorias que englobassem palavras ou expressões que tivessem proximidade semântica. Desta forma, essas palavras e/ou expressões foram exploradas e categorizadas com a finalidade de organizar e agrupar o material produzido, o que propiciou condições de interpretações mais consistentes.³

Conforme Bardin (2016), foram utilizadas três fases para a análise do conteúdo no presente estudo. Foram elas: pré-análise, exploração do material e análise dos resultados. A fase de pré-análise consistiu em uma etapa de organização e estruturação dos dados com a finalidade de estabelecer o *corpus* da pesquisa, que se configura como o conjunto dos documentos tidos em conta que foram submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2016, p. 126). Neste estudo, o *corpus* foi constituído de todas as respostas dos participantes ao questionário que foi aplicado com o objetivo de levantar questões que envolveram a percepção pessoal sobre percursos pré-universitários, processos de acesso à Universidade e condições de permanência na UFSJ.

O instrumento escolhido para compor o *corpus* da pesquisa foi pensado com a finalidade de buscar respostas aos questionamentos do estudo em questão. Com esse propósito, foram realizadas as análises e interpretações de acordo com as regras de “exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência”, apresentadas por Bardin (2016, p. 126-128).

Concluída essa primeira fase, foi iniciada a segunda fase, denominada por Bardin (2016) de exploração do material, etapa na qual o *corpus* (respostas ao questionário) foi analisado em maior profundidade com a finalidade de determinação das categorias e unidades temáticas do estudo, com o objetivo de alcançar maior compreensão dos dados gerados, de maneira que os resultados se apresentem como significativos e válidos.

A terceira e última fase compreendeu o tratamento dos dados. As categorias de análise e unidades temáticas estabelecidas buscaram considerar relevantes as respostas expressas pelos participantes da pesquisa, que foram agrupadas por semelhança, com o objetivo de se estabelecerem elementos em comum. Foram ressaltados também elementos concebidos como divergentes. As inferências e interpretações foram embasadas no referencial teórico proposto

³ A leitura flutuante foi um contato preliminar com os documentos que foram submetidos a estudo para a construção das hipóteses e objetivos (BARDIN, 2016)

no estudo.

5 OS ESTUDANTES INDÍGENAS E A POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UFSJ

A maioria dos estudantes que participaram do estudo relataram que desconhecem suas origens, utilizando inclusive expressões como “descendentes”. Um participante inclusive esclareceu que “essa informação não foi passada adiante pelos meus ancestrais que foram silenciados no processo de miscigenação” (p. 6). Outros participantes relataram que “não sei descrever porque minha avó tem raízes indígenas, mas por questão de preconceito nunca quis abrir abertamente qual era a sua etnia, qual o seu povo” (p. 7) e “índio” da Bolívia” (p. 10).⁴

Dos estudantes que declararam ter conhecimento de sua origem, 01 afirmou ser “descendente” dos povos indígenas Mayruna (por parte de mãe), Maués (por parte de pai), 01 estudante afirmou pertencer ao povo Puri, outro ao povo Maxakali e um último ao povo Carajás (Karajá/Iny).

Com relação à forma de ingresso na universidade, a maior parte deles ingressou pela modalidade de ampla concorrência, 01 estudante por cota étnico-racial e 01 estudante por transferência externa. A maior parte dos estudantes (54,6%) não considera adequada a forma de seu ingresso (27,3% deles a consideram parcialmente adequada e outros 27,3% a consideram inadequada). Contudo, parte significativa dos estudantes (45,5%) considerou adequada sua forma de ingresso na universidade. Esses dados evidenciam a importância de diálogo e maior divulgação das formas inclusivas de ingresso, uma vez que muitos dos estudantes as desconhecem.

No que se refere ao histórico escolar dos estudantes que participaram do estudo, 27,3% deles são oriundos de escola particular com bolsa de estudos, 18,2% estudaram em escola pública não diferenciada, apenas 9,1% dos estudantes frequentaram escola indígena/intercultural por um período de tempo e 9,1% dos deles frequentaram a maior parte do tempo escola particular, sem bolsa de estudos. A grande maioria dos estudantes (36,4%) tiveram outras formas de estudo.

Para conseguirem permanecer na universidade de maneira adequada, os estudantes acessam políticas de permanência ofertadas pela universidade, com destaque para utilização do

⁴ Com o objetivo de manter o sigilo e a privacidade dos estudantes foram estabelecidos códigos P1 a P11 para efeitos de identificação das evocações e dos comentários feitos por eles e que foram transcritos *ipsis litteris*.

Restaurante Universitário (RU) por 81,8% dos estudantes, seguidas pelas bolsas de auxílio financeiro referentes a atividades de monitoria, pesquisa (iniciação científica), ensino e extensão, que são acessadas por 18,2% dos respondentes. A universidade oferece outras políticas de permanência estudantil como acompanhamento pedagógico, acolhimento psicológico, serviço social, moradia estudantil e bolsa permanência. No entanto, alguns estudantes que participaram do estudo alegam não terem acesso a essas políticas, seja por falta de demanda ou desconhecimento da oferta desses auxílios.

Para constituirmos as 04 categorias e respectivas unidades temáticas apresentadas para análise e interpretações no Quadro 1, os registros coletados foram sendo desmembrados de acordo com alguns temas. A partir do que foi recorrente e excludente, fizemos alguns reagrupamentos, buscando as confluências/disparidades (Bardin, 2016). Assim, foram realizadas as análises e discussões das 04 categorias e suas respectivas unidades temáticas que emergiram após a síntese das subcategorias. Estas foram delimitadas para o tratamento dos dados, conforme Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Categorias de análises e unidades temáticas

CATEGORIAS	UNIDADES TEMÁTICAS
1 - Modalidades de acesso à Universidade – desafios para a inclusão dos povos indígenas	Falta de informações Ausência de políticas específicas de ingresso Acesso por ampla concorrência Heteroidentificação
2 - Políticas e ações de permanência mais acessadas pelos estudantes indígenas	RU Bolsas (Monitoria, Pesquisa – Iniciação Científica, Ensino ou Extensão)
3 - Fatores que dificultam a permanência dos estudantes indígenas na universidade	Dificuldades financeiras Falta de apoio da instituição Sentimento de não pertencimento à universidade Dificuldades de acesso a políticas assistenciais como: Bolsas e outros auxílios, Moradia estudantil, Acolhimento Psicológico, Acompanhamento Pedagógico e

	Serviço social
4 - Racismo	Discriminação Invisibilidade dos estudantes indígenas Desvalorização da história e cultura indígena Práticas de ensino excludentes Racismo por parte da instituição (corpo docente e discente).

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A categoria 1 - **Modalidades de acesso à Universidade – desafios para a inclusão dos povos indígenas** - apresenta a maneira de ingresso dos estudantes indígenas que participaram da pesquisa, sendo que a maior parte deles ingressou por ampla concorrência. Os discursos apresentados revelam a falta de informações e de políticas específicas de ingresso e inclusão de estudantes indígenas, conforme pode ser verificado em trechos das falas dos participantes da pesquisa:

“Tendo optado por ter entrado como indígena, não vi qualquer diferença em relação à tratativa de outros estudantes” [...] (P. 5)

“Eu não tenho conhecimento desse tipo de ingresso” (P.1)

“Não saber aos recursos que oferece a universidade, dificultando a estadia pois em muitas ocasiões o uso desses serviços é necessário” (P. 2)

“Ter mais facilidade para conhecer esses serviços, divulgar mais a variedade de bolsas que são oferecidas” (P.2)

“Durante minha graduação não tive contato com outras (os) indígenas estudantes, nem ouvi falar de programas que propiciassem o ingresso das mesmas, o que me leva a crer que este acesso ainda é dificultado para parentes em seus diversos contextos” (P. 6)

“Acredito que não há incentivo suficiente para incluir, pessoas indígenas e quilombolas o ambiente acadêmico mesmo havendo medidas de vestibular especial para essas pessoas e sistema de cotas, isso não é o suficiente para que indígenas também ocupem o ambiente acadêmico. Acredito que é necessário ampliar essas informações em zonas indígenas, buscando o deslocamento da universidade enquanto instituição para esses espaços e não o contrário” (P.7)

Os discursos dos participantes revelam que, embora a universidade ofereça o sistema de ingresso por meio de reserva de cotas, ainda é incipiente a presença dos indígenas na universidade por essa modalidade de acesso, sendo que a maioria dos estudantes ingressaram

por ampla concorrência e/ou desconhecem formas específicas de ingresso de estudantes indígenas na Universidade. A UFSJ possui uma Comissão de Heteroidentificação complementar à autodeclaração de pessoas pretas, pardas e indígenas, que atua para evitar e averiguar tentativas de burlar o processo. Esta comissão é formada por servidores, entre docentes, técnicos-administrativos e estudantes, e se caracteriza pela diversidade de raça, gênero e formação intelectual. No entanto, na Resolução nº 014, de 31 de maio de 2019, que trata dos procedimentos de heteroidentificação complementares à autodeclaração dos candidatos não há um esclarecimento a respeito dos candidatos autodeclarados “indígenas”. Não é explicitado se eles deverão apresentar declaração de vínculo com comunidade indígena de pertença ou outros documentos emitidos por órgãos públicos que contenham informações pertinentes à condição indígena. Fato que necessita ser discutido e implementado na instituição, além de também como sugerido pelo P. 9, “*Incluir pessoas indígenas na banca de avaliação para cotas*” [...], para que seja possível definir com clareza quem são os sujeitos de direitos das políticas de cotas raciais indígenas, e, assim garantir maior acesso e inclusão dos povos originários na UFSJ. Vale lembrar também que as Comissões de Heteroidentificação para pessoas pretas ou pardas (negras) estão pautadas por critérios fenotípicos – o que é bastante adequado para o caso da população negra, mas implica uma reprodução do racismo contra pessoas indígenas.

Aliado a isso a universidade também não conta com uma política de permanência organizada, o que é destacado pelos estudantes que sinalizam a necessidade de maior divulgação das políticas e ações da universidade para que possam acessá-las com maior facilidade. Pereira (2011), em seu estudo referente à Universidade Federal do Tocantins (UFT), também verifica a inexistência de uma “política planejada de acesso e permanência dos indígenas na instituição, que conduza a um bom desempenho acadêmico e, conseqüentemente, à formação com qualidade”. O autor destaca alguns fatores que contribuiriam para a permanência dos estudantes, como por exemplo: “construção de restaurante e residência universitária em todos os campi, recursos para a locomoção do estudante indígena da aldeia à universidade, entre outros” (Pereira, 2011, p. 9).

Na UFSJ, existem, atualmente, restaurantes universitários em todos os campi. Contudo, as residências universitárias estão presentes somente em São João del-Rey, atendendo à demanda dos estudantes dos campi lotados na cidade sede da universidade. Nos campi fora de sede, os estudantes enfatizam essa necessidade, como podemos verificar na fala do participante 4, que indica ser preciso “*Assistência à moradia, saúde mental e alimentação*”, destacando essa política de permanência como muito importante para eles. Aurora (2018, p. 3) também

ênfatisa em seu estudo que “a infraestrutura e políticas de moradia para esses/as alunos/as nas diferentes instituições de ensino mostrou ser uma preocupação vigente”.

Com relação à questão da saúde mental, a UFSJ oferece acolhimento psicológico por meio de servidores efetivos da instituição e também com o apoio de profissionais credenciados, além de outras ações de promoção e prevenção à saúde mental. No entanto, faz-se necessário a partir de encontros e de conversas sobre a realidade dos estudantes indígenas, respeitando os seus saberes e considerando os aspectos culturais relacionados ao seu adoecimento psíquico, serem traçadas estratégias de escuta, acolhimento e cuidado da saúde mental que respeitem a diversidade cultural dos discentes presentes na universidade. Importante redirecionar o olhar da psicologia, no sentido de se desprender do modelo tradicional e eurocêntrico na qual foi pensada, para compreender e abarcar contextos diversos, como o dos povos originários, no sentido de acolher suas demandas, sem que seja mais um agente de exclusão e discriminação.

Corroborando com essas questões apresentadas pelos estudantes, Paulino (2008) relata que as informações escassas referentes às possibilidades oferecidas aos estudantes indígenas para a permanência nas universidades mostram que a ênfase dos programas de ações afirmativas para indígenas tem focado somente no ingresso, deixando como secundária a questão da permanência. Alguns pesquisadores, dentre eles Paulino (2008), citado acima, esclarecem a necessidade de apoio, concomitante ao ingresso, para que seja possível a continuidade dos estudos. No caso analisado, a UFSJ não faz diferenciação nas condições de permanência para os estudantes indígenas como é ilustrado na fala do P. 5 que relata “*Tendo optado por ter entrado como indígena, não vi qualquer diferença em relação à tratativa de outros estudantes*”.

Dessa forma, como nos esclarece Bergamaschi *et al* (2018), a promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que foi intitulada Lei de Cotas, possibilita maior debate e reflexão a respeito da implantação dos procedimentos de acesso e permanência dos estudantes que se autodeclararam negros e indígenas nas universidades federais, tornando obrigatória a adoção de tais políticas, o que antes dependia da iniciativa e boa vontade de cada instituição. No entanto, relevante se faz ressaltar que essa Lei Federal não propicia uma reflexão a respeito dos desafios que se impõem com a presença dos estudantes indígenas no ambiente acadêmico, garantindo a eles apenas o acesso formal na universidade. Fato é que os estudantes pesquisados evidenciam nos seus discursos, e, entendemos também que é urgente na UFSJ o estabelecimento de ações de apoio à permanência de forma específica para estes estudantes, para que eles consigam não apenas o acesso, mas também concluir com qualidade a sua formação.

A segunda categoria mencionada – **Políticas e ações de permanência mais acessadas pelos estudantes indígenas** – revela as principais políticas de permanência que os estudantes indígenas conseguem acessar na UFSJ. Revelam sentimentos de gratidão e de valorização destas políticas, como pode ser comprovado nos seus discursos, a seguir:

“Avalio muito boa. Oferece moradia, alimentação de muita qualidade por um valor bem acessível”. (P.4)

“As bolsas de pesquisa contribuíram imensamente na minha formação e me ajudaram a conquistar minha primeira vaga de estágio na Embraer”. (P.6)

“O RU está sempre organizado, disponível para todos, o preço é bom, a refeição pode ser levada pra casa numa marmitta”. (P.1)

“As políticas de assistência estudantil me pareceram adequadas”. (P.5)

“Eu sempre achei muito boas as oportunidades que a UFSJ dava para garantir a permanência dos estudantes. O que sempre chamou a minha atenção foi a quantidade de oportunidades, como estágios, bolsa de iniciação científica, auxílios permanência, etc”. [...] (P.3)

Como ilustrado nas falas acima, embora as políticas de permanência ofertadas pela UFSJ não sejam específicas às necessidades e condições dos estudantes indígenas, são valorizadas e percebidas como muito importantes durante a sua trajetória na universidade, contribuindo para o alcance de seus objetivos, quais sejam, sua formação e aprimoramento das condições de luta pelos direitos de seus povos por meio da aquisição de outros conhecimentos. Nessa perspectiva, importante destacar que a partir do ano de 2008 as universidades públicas federais implementaram o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que oferece repasse de recursos da União para as universidades. Embora, como apontado por Bergamaschi, *et al* (2018, p. 45), o PNAES não faça nenhuma referência direta à assistência dos estudantes indígenas, “ele tem se revelado como uma estratégia valiosa na manutenção desses estudantes nas universidades”. Fato é que o PNAES favorece a oferta de ações e políticas de permanência como moradia, alimentação e auxílios financeiros, citadas pelos participantes do estudo, que relatam sua importância e enfatizam a qualidade desses auxílios oferecidos pela UFSJ.

Embora não mencionada pelos estudantes que participaram desse estudo, há uma política que se configura como mais sólida no campo da assistência estudantil e que é direcionada aos estudantes que ingressam nas universidades federais por meio de ações afirmativas. Trata-se de um programa de Bolsa Permanência, instituída pelo Ministério da Educação (MEC) em 2013, com o objetivo de propiciar a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, dentre os quais estão incluídos os estudantes indígenas. A

partir deste momento, os estudantes indígenas passaram a ter direito a uma bolsa diferenciada, com valor duplicado em referência à bolsa para os demais estudantes. Fato que se justifica em decorrência de suas necessidades específicas relacionadas a organização social de seus povos, o afastamento de suas comunidades, além de dificuldades relacionadas aos seus modos de ser, suas línguas, crenças e tradições.

No entanto, essa bolsa permanência que o MEC oferece e que é tão importante não foi citada pelos estudantes, que mostram desconhecimento desta política específica. Portanto, esse auxílio necessita ser melhor divulgado pela UFSJ para que possa alcançar o seu público-alvo, qual seja, os estudantes indígenas. E, dessa forma, possibilitar-lhes melhores condições de permanência com qualidade no ambiente universitário.

Já a categoria 3 – **Fatores que dificultam a permanência dos estudantes indígenas na Universidade** – os estudantes destacam que embora a universidade ofereça algumas políticas e ações de permanência, eles nem sempre conseguem acessá-las, além de considerá-las insuficientes. Evidenciam também outros fatores que comprometem sua permanência, como falta de apoio da instituição, dificuldades financeiras, sentimento de não pertencimento à universidade, como pode ser observado na fala de alguns participantes do estudo:

“A mais importante na minha opinião, são questões financeiras.” (P.1)

“Língua. Não ter o mesmo conhecimento sobre as políticas de saúde e sobre os serviços da universidade como meus outros colegas da sala”. (P.2)

[...] “No entanto, minha única crítica é sobre o estudante não poder acumular mais de uma bolsa, por exemplo, bolsa monitoria e iniciação científica.” (P.3)

“Tive alguma dificuldade de adaptação em outra cidade. Primeira vez morando longe da família. Já dentro da UFSJ, fui muito bem recebido por todos. Tive dificuldades com algumas matérias”. (P. 5)

“Falta de ajuda aos alunos (bolsas e auxílios) e o sentimento de não pertencimento na universidade, causado pela discriminação e falta de conhecimento sobre a cultura indígena”. (P.3)

“Quando há falta de apoio da instituição”. (P.6)

“Dificuldades financeiras para se manter nas cidades onde estudam, na adaptação cultural”. [...]. (P.7)

“Questões econômicas, Questões de identificação, Questões de moradia”. (P.9)

“Talvez seja falta de estrutura direcionadas a esta etnia como a língua, moradia ajuda de custo”. (P.11)

Esses discursos apresentados pelos estudantes indígenas que participaram do estudo deixam evidente o grande desafio que a UFSJ tem pela frente no que se refere a políticas de permanência para esses estudantes. Vários estudiosos, dentre os quais citamos Luciano (2009), Aurora (2018) e Cruz (2019) evidenciam que se faz necessário ampliar o diálogo e ter uma postura aberta e receptiva aos saberes e conhecimentos desses povos, uma vez que infelizmente ainda hoje não são aceitos e valorizados como deveriam. Acreditamos, assim como Bergamaschi *et tal* (2018) que a universidade, nesse caso específico, a UFSJ, precisa aperfeiçoar a disponibilidade para realizar uma “escuta efetiva e afetiva dos saberes e conhecimentos indígenas, o que poderá ser o primeiro passo para o processo de interculturalidade no âmbito acadêmico”. (Bergamaschi *et tal*, 2018, p. 46)

Outro aspecto que dificulta a permanência dos estudantes indígenas na universidade e que necessita de atenção por parte das universidades em geral, e, na UFSJ, é a questão da adaptação desses estudantes ao meio acadêmico. Isto porque acostumados a viver próximos de seus familiares, valorizando a vida comunitária, ao ingressarem na universidade a dificuldade de adaptação fortalecida pela saudade que sentem da família se mostra uma das causas de evasão desses estudantes. O participante 5 ilustra essa dificuldade quando relata que: *“tive alguma dificuldade de adaptação em outra cidade. Primeira vez morando longe da família”*.

A questão financeira também foi muito citada pelos estudantes como fator impeditivo para a permanência na universidade. Muitos não conseguem arcar com os custos de moradia, alimentação, saúde, etc. e queixam-se da falta de apoio da instituição, como relatado pelo P.6 e enfatizado pelo P. 7, que relatou dificuldades financeiras para se manter na cidade que estuda, além de dificuldades na adaptação cultural. Bergamaschi *et tal* (2018) ilustra bem essa dificuldade quando relata em seu estudo que a frequência às aulas é complexa para os estudantes indígenas, uma vez que eles precisam submeter-se às regras e ao modelo temporal da universidade e distanciar-se dos seus modos de vida, especialmente no que diz respeito a sua cultura originária. Assim, percebemos que são inúmeros os desafios advindos da relação intercultural, como apontado pelos participantes 2 e 11, que relatam dificuldades com relação à língua e etnia. Ou, como relatado pelo participante 3, quando diz: [...] *“senti também que precisava provar o tempo todo que pertencia à etnia indígena, pois a imagem que muitas pessoas têm sobre ser indígena é uma imagem estereotipada”*.

Posto isto, a presença dos estudantes indígenas na UFSJ traz a possibilidade desta instituição refletir e avaliar os caminhos que pretende trilhar, no que diz respeito às ações afirmativas, não só valorizando a diversidade, mas também abrindo espaços para que os diálogos interculturais ocorram de maneira efetiva e as práticas acadêmicas se modifiquem e

não se apresentem como majoritariamente padronizadas. Aspecto que é enfatizado pela participante 8 quando relata que: *“minha maior dificuldade foi não poder aprender sobre a minha história, a de meu povo e a de meus parentes, não ver essa história nos livros q foram recomendados e nem em sala de aula.”*[...]. Assim, os esforços da universidade precisam ser no sentido de aperfeiçoamento das políticas de permanência, tanto no que diz respeito às questões econômicas, políticas, materiais e culturais, mas também no que se refere aos aspectos pedagógicos. Essas políticas necessitam ser dialogadas e construídas envolvendo toda a comunidade acadêmica, como estudantes, técnicos em educação, docentes e, acima de tudo, que valorizem uma escuta cuidadosa dos estudantes indígenas.

Por fim, com relação à categoria 4 - **Racismo** – foram expressos pelos estudantes discursos que se referem a situações de discriminações, invisibilidades dos estudantes indígenas, prática de ensino excludentes, desvalorização das histórias e culturas indígenas, dificuldades de adaptação ao ambiente universitário relacionadas a questões culturais e práticas de racismo institucional, destacando a visão eurocêntrica e reprodutora de práticas coloniais e elitistas que permeiam os ambientes universitários em geral, incluída a UFSJ, onde foi realizado o estudo. Contudo, alguns estudantes também destacam o acolhimento por parte da instituição, assim como algumas práticas pedagógicas inclusivas e de valorização da cultura indígena, como podemos verificar no discurso dos participantes:

“Em alguns momentos, quando relatava a realidade indígena ou apresentava uma característica típica dos povos originários (fui alvo de risos e deboches o que julgo preconceito), principalmente por parte de alguns alunos brancos da região sudeste (São Paulo e Rio). Senti também que precisava provar o tempo todo que pertencia a etnia indígena, pois a imagem que muitas pessoas tem sobre ser indígena é uma imagem estereotipada (andar nu, corpo pintado e uso de cocares). Além disso, senti que meu curso e meu campus dialogavam muito sobre a cultura negra (o que não está errado), mas pouco se falava sobre a vivência indígena. Por exemplo, em eventos sobre cotas, palestras sobre minorias sociais e oficinas culturais, o protagonismo eram sempre da pauta negra e esqueciam de priorizar também a pauta indígena”. (P.3)

“Não houve de forma alguma discriminação racial, apenas acolhimento” [...]. (P.6)

“Ser indígena estudante na Universidade é um enorme desafio a todos que ingressam, principalmente por este ambiente ainda ser embranquecido, eurocêntrico, reprodutor de práticas coloniais e elitista, sendo esta a minha principal dificuldade na adaptação a um corpo docente e discente de maioria pertencente uma realidade socioeconômica mais abastada, que invisibilizava a existência de pessoas que não vieram deste contexto.” (P.7)

[...] *“racismo por parte da instituição (corpo docente e discente)”.* (P. 7)

“Minha maior dificuldade foi não poder aprender sobre a minha história, a de meu povo e a de meus parentes, não ver essa história nos livros q foram recomendados e nem em sala de aula, não aprender e não ver a diversidade de cerâmicas que foram produzidos nesse continente bem como suas técnicas de queimas ancestrais. Apenas o professor Cristiano Lima teve o cuidado de abordar essas temáticas e incluir os povos indígenas em suas aulas. No curso de cerâmica aprendemos mais sobre a cerâmica europeia do que sobre a cerâmica Guarani, Assurini, Xacriaba e a a cerâmica Andina. Todas essas riquíssimas em termos de qualidade técnica, simbólica e cosmogônica”. (P. 8)

“O reconhecimento e a valorização da minha etnia. Nunca fui abordado sobre este tema na universidade, mas como a sociedade brasileira em grande parte das instituições não existe o reconhecimento do indígena aprendi conviver mas não fui discriminado na universidade”. (R.10)

Ainda que alguns estudantes tenham relatado que não sofreram racismo no ambiente universitário, grande parte dos estudantes que participaram do estudo relatam alguma forma de discriminação e racismo. Contudo, um dos estudantes que relatou não ter passado por situações de discriminação coloca que *“Nunca fui abordado sobre este tema na universidade, mas como a sociedade brasileira em grande parte das instituições não existe o reconhecimento do indígena aprendi conviver”* [...]. Essa fala por si já nos mostra como a universidade, por meios sutis, evidencia a prática de racismo institucional quando invisibiliza a presença indígena na universidade, conforme esclarecido por Cruz (2019, p. 159) quando aponta que [...] *“o racismo contra indígenas opera através de mecanismos muito refinados que pretendem sempre invisibilizar e aniquilar a existência indígena”*. Observação que é corroborada por Aurora (2018, p. 3) quando enfatiza que [...] *“esta invisibilização pode ser entendida como prática de racismo institucional sendo necessário falar e construir novas políticas de visibilidade acadêmica indígena de forma a promover a redução dessa violência”*, e também pelo P. 3, que relata: *“É necessário aproximar a universidade como um todo da cultura e realidade indígena. É preciso mais professores indígenas, pois a maioria é branco. É preciso também mais eventos e projetos voltados para dialogar sobre a cultura indígena. Precisamos também aprimorar o conteúdo bibliográfico dos cursos, trazendo olhares de autores indígenas”*.

Esse relato do estudante ilustra bem a prática de racismo institucional quando deixa clara a falta de aproximação da universidade com a cultura indígena, quando destaca a ausência de docentes indígenas e a falta de conteúdos de autores indígenas. Desta forma, a prática de racismo, aliada a outras situações de desafios vivenciadas pelos estudantes indígenas, como dificuldades financeiras e de adaptação, levam os estudantes a evadirem dos cursos. Isto por não se sentirem pertencentes ao ambiente universitário, que ainda hoje se mostra predominantemente regulador e homogeneizador, conforme ilustrado pelo P. 7 em sua fala

quando relata que: [...] *“este ambiente ainda ser embranquecido, eurocêntrico, reprodutor de práticas coloniais e elitista, sendo esta a minha principal dificuldade na adaptação”*.

Percebemos que, como nos sinaliza Cruz (2019, p. 148), embora tenham avançado as discussões sobre o racismo contra os povos indígenas “sobretudo, devido ao aumento da entrada de indígenas no ensino superior”, esse ingresso dos estudantes na universidade também evidenciou um aumento de registros de denúncias e relatos de situações de violências física e simbólica enfrentadas por eles na universidade, como é expresso pelo participante 3 que afirma *“ter sido alvo de risos e deboches quando apresentava uma característica típica dos povos originários e também pelo sentimento de precisa provar o tempo todo que pertencia a etnia indígena”*. Assim, mesmo quando os estudantes indígenas se esforçam para afirmar suas identidades, “o racismo interpela suas subjetividades, constringendo-os em suas complexas trajetórias e historicidade” (Cruz, 2019, p. 160).

Portanto, como destaca Salviano (2011, p. 65), “apesar do discurso politicamente correto da inclusão e da aceitação das cotas, a representação que o docente faz do cotista indígena é estereotipada, folclórica, e sua postura com relação ao mesmo ainda é de rejeição”. Não só a visão do docente, mas também dos discentes, como apontado pelos participantes 3 e 7, quando relatam situações de racismo vivenciadas no ambiente universitário. Desta forma, Cruz (2019, p. 148) aponta que “situações que outrora eram endereçadas como reflexos da ignorância e falta de conhecimento da sociedade brasileira sobre os povos indígenas têm sido pautadas como expoentes do modo como o racismo opera junto a esses povos”.

Aliado a isso, Cruz (2019) nos chama a atenção para o fato de as experiências acadêmicas dos estudantes indígenas no ambiente universitário não se distanciarem do que é visível nos diversos espaços da sociedade em geral. Assim, é compreensível que, como apresentado nos discursos dos estudantes, a permanência na universidade seja considerada muito difícil, pois eles precisam lidar a todo momento com realidades diferentes, quais sejam, linguísticas, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, dentre outras. Diante deste cenário os estudantes sentem falta do apoio institucional e fazem sugestões para a mudança dessa difícil realidade no ambiente acadêmico por meio dos discursos apresentados:

[...] “Mas principalmente, acredito que a política de quotas é um grande instrumento de nivelamento social, logo ela deve ser defendida. O apoio financeiro é de suma importância” [...] (P. 1)

“É necessário aproximar a universidade como um todo da cultura e realidade indígena. É preciso mais professores indígenas, pois a maioria é branco. É preciso também mais eventos e projetos voltados para dialogar sobre a

cultura indígena. Precisamos também aprimorar o conteúdo bibliográfico dos cursos, trazendo olhares de autores indígenas”. (P.3)

“Ampliar o número de vagas e cuidar da permanência dos estudantes indígenas.” (P.4)

“Creio que a universidade deveria ter um monitoramento periódico dos estudantes indígenas, para saber o estado psicológico e as condições dos mesmos. Dessa forma poderia criar políticas para mitigar o abandono do curso”. (P.5)

“Acredito que um onboarding, porque tendo auto declarado assim como outros alunos, não houve qualquer onboarding em relação a este tópico. Fora essa pesquisa, nunca foi sequer mencionado, celebrado, promovido questões étnicas ou sociais, se foi, a divulgação foi falha.” (P.6)

“Criação de programas específicos a estas pessoas, bem como suporte, principalmente financeiro, para ingresso e conclusão do curso pelos indígenas estudantes”. (P. 7)

“Buscar a formação do corpo docente atento para a história dos povos originários, chamando indígenas acadêmicos e também pessoas das comunidades indígenas que possam nos ensinar sobre a sua história tanto do passado como do presente em direção a uma reparação histórica para com esses povos” (P.8)

“Incluir pessoas indígenas na banca de avaliação para cotas. Levar pessoas indígenas pessoalmente ou online para ensinar e dar oficinas e palestras sobre seus saberes, vivências e histórias relacionadas aos conteúdos dos cursos”. (P.9)

“Talvez um acolhimento, uma escuta qualificada e apoio financeiro para moradia e transporte, pois os indígenas pertence a uma classe mais pobre e discriminada na sociedade” (P. 10)

Diante de tudo o que foi exposto, concordamos com Luciano (2009, P. 38) quando ele destaca que “a garantia de futuro digno e desejável para os jovens indígenas depende fundamentalmente de dois horizontes articulados: o respeito às suas culturas próprias e o respeito aos seus direitos de cidadania universal e específica”. [...] E para isso há ainda um longo caminho a ser trilhado para o alcance da democratização do acesso e permanência dos estudantes indígenas na Universidade, haja visto que os resultados do estudo mostram a invisibilidade destes estudantes, e, até mesmo a surpresa de docentes e discentes com sua presença nas salas de aulas.

Portanto, a universidade precisa investir em ações e políticas que valorizem as particularidades culturais dos povos originários, como por exemplo o reconhecimento de seus saberes, o seu reconhecimento como cidadãos e a garantia de seus direitos. Além disso, é necessário “preservar sua relação com os recursos naturais e a sustentabilidade de seus

territórios e de suas unidades socioculturais” (Luciano, 2009, p. 39). Importante também ter como foco a redução dos efeitos antidemocráticos dos processos de seleção e exclusão que foram impostos às minorias sociais discriminadas, no caso em questão, os estudantes indígenas.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa rápida explanação sobre a situação atual do ensino superior indígena na UFSJ podemos verificar que as políticas institucionais e governamentais dão maior ênfase e buscam atender prioritariamente ao acesso deste segmento da população. Contudo, não desenvolveram ações consistentes para promover a permanência com qualidade dos estudantes indígenas no ambiente universitário. Na UFSJ, no momento, estes estudantes são beneficiados apenas por uma ação afirmativa específica no que diz respeito ao acesso. Ainda assim, apenas com a possibilidade de ingresso por meio de cota racial, não havendo um vestibular especial para indígenas, o que acreditamos seria um processo mais inclusivo. Com relação à permanência, a única ação afirmativa específica para os discentes indígenas é uma bolsa permanência do MEC, que de acordo com os relatos dos estudantes pesquisados não é acessada por eles.

Portanto, a institucionalização de políticas de permanência de estudantes indígenas na UFSJ é um enorme desafio a ser enfrentado, já que os estudantes enfatizaram que enfrentam dificuldades diversas, relacionadas tanto aos aspectos financeiros (já que grande parte dos estudantes não recebem qualquer auxílio financeiro do governo ou da universidade), quanto pedagógicos, políticos, sociais e culturais, que acabam dificultando suas trajetórias e favorecessem a evasão.

Posto isto, mostra ser urgente a necessidade de aprimoramento da divulgação de informações referentes às políticas de permanência existentes na universidade, como por exemplo, auxílios e bolsas, moradia estudantil, serviços de apoio e acolhimento (psicológico, pedagógico e social), visto que uma parte significativa dos estudantes que participou do estudo evidenciaram falta de acesso a essas políticas por desinformação.

Relevante ainda destacar a necessidade de se investir ações no sentido de propiciar mudanças nos cursos tradicionais, a partir da introdução de novas metodologias de ensino, pesquisa e extensão que estejam em consonância com a diversidade e complexidade dos modos de vida dos povos indígenas. Assim, conseqüentemente, seriam criadas oportunidades de transformação do ambiente universitário em espaços de diálogos interculturais, abrindo-se possibilidades para que os saberes indígenas façam parte das linhas programáticas dos cursos

e programas de formação. Isso favoreceria um processo de formação pertinente e qualificado dos estudantes indígenas no que diz respeito aos aspectos políticos, pedagógicos e culturais.

Por fim, não menos importante, urgente também se faz, investir em ações e políticas de enfrentamento ao racismo uma vez que foi muito evidenciado pelos estudantes que participaram do estudo a vivência de episódios de racismo institucional. Dessa maneira, é necessário ampliar o diálogo da universidade com o objetivo de se construir novas políticas de visibilidade acadêmica indígena, de forma a promover a redução dessa violência.

REFERÊNCIAS

AMARAL, W. R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. 591f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ARAÚJO, Ana Carvalho Ziller; CARVALHO, Ernesto Ignácio de Carvalho; CARELLI, Vincent Robert. **Cineastas indígenas: um outro olhar: guia para professores e alunos**. Olinda, PE: Video nas Aldeias, 2010.

AURORA, Braulina. Estudantes indígenas: a invisibilidade nas instituições de ensino e nos dados estatísticos. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, v. 21, n. 3, set/dez 2018, p. 3-7

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016, 229 p.

BEERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patrícia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 99, n. 251, p.37-53, jan./abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. **Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 maio 2013. Seção 1, p. 12.

BRASIL (2012). Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o sistema de cotas nas universidades públicas**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. **Povos indígenas, racialização e políticas afirmativas no ensino superior**. In: **Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal / organização Anderson Ribeiro Oliva [et al.]**. 1. ed. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 147-161 (Coleção Cultura Negra e Identidades)

CUNHA, Edgar Teodoro da. **A imagem do índio no cinema brasileiro**. USP/SP, 2000.

DAVID, M., Melo, M. L. MALHEIRO, J. M. da S. (2013). Desafios do currículo multicultural na educação superior para indígenas. **Educação e Pesquisa**, 39(1), 111-125.

DINIZ, A. M. ALMEIDA, L. S. (2006). Adaptação à universidade em estudantes de primeiro ano: Estudo diacrônico da interação entre o relacionamento com pares, o bem-estar pessoal e o equilíbrio emocional. **Análise Psicológica**, 1(XXIV), 29-38.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis**. V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras (2018). Uberlândia: ANDIFES/UFU, 2018.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org.). As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, **Secretaria de Educação Fundamental**, 2001. 72 p.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O papel da universidade sob ótica dos povos e acadêmicos indígenas**. In: Povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais nas universidades. Organização: NASCIMENTO, Adir Casaro; et al. Campo Grande: UCDB, 2009, p. 32-39.

MARTINS, Isabel; GOUVÊA, Guaracira; PICCININI, Cláudia. Aprendendo com imagens. Ciênc. Cult. vol.57, n.4. São Paulo: Out./Dez. 2005. NGANGA, João Gabriel do Nascimento. Mídias e juventudes: representações da juventude negra em propagandas. **Tempos Históricos**, vol. 22, 1. Semestre de 2018, p. 478-507.

NOVAK, M. S. J. **Política de ação afirmativa: a inserção dos indígenas nas universidades públicas paranaenses**. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

PASCARELLA, E.T. TEREZINI, P.T. (2005) **How College Affects Students: a third decade of research**. Vol 2. San Francisco: Jossey-Bass.

PAULINO, M. M. **Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná**. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PEREIRA, C. V. **Política de acesso e permanência para estudantes indígenas na universidade: avaliação da política de cotas da Universidade Federal do Tocantins (UFT)**. 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

POMPA, Cristina. **Os índios, entre a antropologia e a história: a obra de John Manuel Monteiro**. BIB, São Paulo, nº 74, 2º semestre de 2012 (publicada em julho de 2014), p. 61-79.

POVOS INDÍGENAS: conhecer para valorizar. **Curso História dos Índios no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI e Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, 2011. 24:50 min. Disponível em: <https://youtu.be/MwMEuK-DfEw>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

RESOLUÇÃO Nº 014, de 31 de maio de 2019. **Regulamenta os procedimentos de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos – PP), para fins de preenchimento das vagas reservadas nos cursos de graduação da Universidade Federal de São João del-Rei –UFSJ**.

Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vestibular/PS2019_2/SISU_2019_2/Res014Consu2019_Regulamenta_Procedimentos_Heteroidentificacao.pdf. Acesso em: 07 de novembro de 2023.

RESOLUÇÃO Nº 024, de 29 de agosto de 2022. **Institui a Política de Assistência Estudantil no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei**. Disponível em:

https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/proae/Legislacao/2022/Res024Consu2022_politica_de_assistencia_estudantil.pdf. Acesso em: 08 de novembro de 2023.

SALVIANO, D. C. M. **A representação do docente e do acadêmico indígena, com relação às cotas indígenas, no curso de direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. UEMS – unidade universitária de Dourados.** 2011. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

VALVERDE, D. O. & Stocco, L. (2009). Notas para a interpretação das desigualdades raciais na Educação. **Estudos Feministas**, 17(3), 909-920.